

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
SOCIAL REPRESENTATIONS OF SOLIDARITY ECONOMY

Jacimara Villar Forbeloni¹

Resumo

Este artigo apresenta a discussão sobre como os participantes dos empreendimentos solidários da cidade de Curitiba/PR construíram suas Representações Sociais da Economia Solidária. Estas práticas solidárias estão gerando novas formas de entendimento sobre o consumo e a produção. As Representações Sociais procuram decodificar os símbolos que aparecem no cenário social. Enquanto sistemas de interpretações, as representações sociais conduzem a relação com o mundo e com os outros, orientando as condutas e as comunicações sociais. A Economia Solidária, para os integrantes da proposta, é uma mescla de organização econômica e social. Os padrões de produção e consumo procuram se diferenciar do modelo existente pela valorização da pessoa, recriando novos significados para o trabalho e a própria economia.

Palavras Chave: Economia Solidária. Representação Social. Trabalho.

Abstract

This article presents a discussion on how the participants of the joint ventures of the city of Curitiba/PR built its Social Representations of Solidarity Economy. These practices solidarity are generating new ways of understanding on the consumption and production. Social Representations try to decode the symbols that appear in the social scenario. As systems of interpretations, the social representations lead the relationship with the world and with the other, directing the pipes and social communications. THE Economy of Solidarity, for the members of the proposal, and a mix of economic and social organization. The patterns of production and consumption are trying to differentiate the existing model for recovery of the person, recreating new meanings for the work and the economy itself.

Key Words: Solidarity Economy. Social Representation. Work.

Artigo recebido em 13/10/2012 e aprovado em 03/12/2012.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Professora Assistente II da UFERSA. E-mail: jacimaravf@gmail.com; jacimara@ufersa.edu.br.

Introdução

Em vista das dificuldades de obtenção do próprio sustento, inúmeros trabalhadores têm procurado alternativas que lhes proporcionem emprego e renda. O mundo, aos poucos, tem direcionado seu olhar para estas atividades, que sorrateiramente vêm se instalando na economia dos países desenvolvidos ou não, com uma nova proposta em resposta aos índices de desemprego, às dificuldades econômicas e à exclusão de boa parte da população das sociedades ocidentais.

Alguns exemplos dessas alternativas são: (a) o Banco Ético, que tem o compromisso de não investir ou patrocinar as atividades do mercado bélico ou qualquer ação que possa trazer conseqüências danosas ao meio ambiente; (b) o projeto Eco-Solidário, que organiza pontos de comércio em vários lugares do mundo com produtos de cooperativas; (c) os Clubes de Trocas, destacados na Argentina, que se reúnem periodicamente para trocar produtos; (d) a utilização da Moeda Social que é uma espécie de acordo coletivo, criado como alternativa à falta de dinheiro, no qual as pessoas utilizam uma moeda própria para consumo e trocas de serviços; (e) as cooperativas de consumo; (f) as Incubadoras de Cooperativas; (g) o empreendedorismo e enfim, as diversas atitudes que surgem como uma alternativa ao desemprego. Muitas dessas ações são iniciativas de organizações populares e não-governamentais, que lutam pela promoção do bem-viver, formando uma nova esfera de sociabilidade.

No Brasil, são os movimentos sociais que lutam e se articulam para criar alternativas a esse quadro de exclusão social e econômica. Diferentemente do modelo europeu, que tem se preocupado com as questões ecológicas, aqui o desemprego, segundo Dupas (2000), é o problema principal. Singer (2000) aponta que a solução tem sido buscada mediante alternativas de cooperativas, associações populares e a chamada Economia Solidária.

As ações alternativas de criação de emprego e renda não geram grandes riquezas, mas levantam a autoestima dos trabalhadores, colocando-os novamente no plano econômico. O elemento principal de diferenciação desses grupos que se multiplicam é o discurso da solidariedade, da preocupação com a qualidade e a procedência dos produtos que consomem.

O produto comercializado nesses momentos de troca da proposta da Economia Solidária precisa ser de qualidade e demonstrar o compromisso com a cooperação e com as discussões ambientais. Isso denota uma possível tendência, na visão de Mance (2000) de elaborar práticas de consumo mais conscientes.

É fato que as relações econômicas são uma maneira de sociabilidade que nos unifica em grupos de trocas e de trabalho, evidenciando as relações sociais (SIMMEL, 1993). A Economia Solidária é uma tentativa de mudança da forma de organização econômica com a qual nos relacionamos hoje. E, além dos laços econômicos, ela tem proporcionado aos seus integrantes um relacionamento social baseado na solidariedade, aumentando a ligação afetiva entre as pessoas. Um novo entendimento sobre produção, trocas e consumo é criado no cerne dessas práticas solidárias.

Quais são as representações desses grupos e como eles entendem esse processo de troca no seu sentido solidário? Como os integrantes deste grupo estão dando sentido a produção e ao trabalho? Jodelet (2001) afirma que necessitamos entender e identificar o mundo que nos cerca, assim as Representações Sociais são um instrumento para esse entendimento. Elas são sociais, pois nos guiam para um modo de nomear e definir coletivamente os diferentes aspectos da realidade. A pesquisa realizada em 2003, com os participantes da Rede de Colaboração Solidária – REDESOL apontou que os participantes da Economia Solidária têm recriado significações através das suas condutas cotidianas. A metodologia das Representações Sociais pode então, nos ajudar a entender os novos significados, como eles são criados e como se perpetuam dentro do grupo social.

A falta de informação e as incertezas científicas favoreceram o surgimento de representações. Segundo Jodelet (2001) elas estão ligadas à função cognitiva que mesclam o pensamento ideológico, cultural e científico. Essas visões, compartilhadas por um mesmo grupo, constroem a visão consensual da realidade e guiam as ações. As Representações Sociais criam e compartilham as práticas de um grupo.

Este trabalho tem o intuito de comprovar como as Representações Sociais são construídas, utilizando as bases empíricas da pesquisa com os integrantes da Redesol/Curitiba, demonstrando que existe uma partilha de significados e extrapolam os laços econômicos.

As representações sociais: o conceito e a metodologia

O conceito de Representações Sociais se originou no cotidiano, para explicar os sistemas de crenças enfocando as formas de pensamento que são partilhadas nas relações sociais.

Há muito que a Sociologia utiliza, como fonte explicativa das ações sociais humanas, a sua produção simbólica que se constitui nas linguagens e representações, formando a realidade social, ganhando dimensões fundamentais dentro das ciências humanas. Karl Marx, voltado para a discussão da ideologia, e Pierre Bourdieu, com os elementos da cultura, formam para a Sociologia o suporte teórico mais utilizado para se falar de representações sociais. Entretanto, no período pós Segunda Guerra Mundial, a Sociologia se aproximou mais dos pressupostos marxistas, se afastando dos estudos sobre representação. A Antropologia e principalmente a Psicologia Social são as ciências que melhor trabalharam com essa questão, desde então trazendo a explicação aos pequenos grupos, para o cotidiano, ou seja, para as micro-estruturas.

Serge Moscovici (1985) é um dos principais teóricos da vertente como representante da visão europeia dos estudos da cognição social que vê a sua essência nos esforços humanos para compreender suas relações. Ele exalta a necessidade de se analisar o processo da elaboração de pensamentos do homem que se inter-relacionam no meio social. Assim, ele nega as proposições que o pensamento social é sempre influenciado por ideologias dominantes, pelo Estado ou pela religião, ou seja, nega a ideias de que os indivíduos não pensam e não criam por si mesmos, que apenas reproduzem o pensar. Para ele os indivíduos não são passivos, estão constantemente produzindo e comunicando representações.

(...) quando estudamos representações sociais, o que estamos estudando são seres humanos que pensam, e não apenas manipulam informações ou agem de uma determinada maneira. O que estamos estudando, para sermos precisos são os esforços humanos para compreender, e não suas atividades propositadas. (MOSCOVICI, 1985, p. 03).

Assim é no senso comum que estão as representações sociais. Há dois universos com traços distintos em nossa cultura, na visão desse autor: o consensual e o reificado.

No universo consensual, a sociedade se vê como um grupo de igual valor, onde os indivíduos congregam-se nos mesmos interesses como em clubes, associações, que acabam se institucionalizando. A comunicação e o pensamento consolidam o grupo, conservando a sua existência, formando uma comunidade de significados entre os seus participantes. No universo reificado a sociedade se distribui em diferentes papéis, o grau de participação é determinado pelo nível de qualificação do indivíduo, como o matemático, o advogado, o engenheiro. Cada um se apropria de comportamentos que o caracteriza.

Essa diferença entre o universo consensual e o reificado divide a realidade coletiva. A ciência é o modo de conhecimento que se debruça ao universo reificado, mas o objetivo de análise das representações sociais está no universo consensual, porque este forma a consciência coletiva que é acessível a todos os indivíduos.

Portanto, Moscovici (1985) salienta que são as características da realidade coletiva consensual que a vertente das Representações Sociais explora. É na tentativa de compreender o desconhecido, ou o não familiar, que se confronta uma dinâmica de familiarização, onde há um esforço de reconhecimento do objeto ou da lógica sobre a realidade significada.

O ato da representação transfere o que é perturbador e ameaçador em nosso universo de fora para dentro, de um lugar remoto para um próximo. Esta transferência opera de forma a separar conceitos e percepções que estão usualmente associados, e a integrá-los em contextos cujo incomum se torna familiar, onde o irreconhecível é moldado a uma categoria reconhecida.

A ciência oferece um contraste a este processo, que na visão do autor cria um ambiente artificial na busca de neutralidade. Na tentativa de invalidar suas próprias teorias, cortam os laços com o senso comum negando as ideias costumeiras tornando assim, o familiar em desconhecido. As Representações Sociais demonstram o contrário, partem do senso comum para justificar as ideias costumeiras, “(...) não há como negarmos: cada evidência, cada afirmação do dia-a-dia esconde em sua própria banalidade, uma imensa quantidade de conhecimento” (MOSCOVICI, 1985, p.14).

Dois processos são centrais para estas afirmações é o que o autor chama de ancoragem e objetivação.

A ancoragem é o pensamento que nos prende a uma rede de categorias que nos enquadra a um grupo típico. Ela é um método de estabelecer classificações e nomeações, representando categorias e rótulos. Como exemplo, temos o trabalho de Jodelet (1991) que Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/Vol.5, n.2, p.1-136/jul./dez./2012

demonstrou que os pacientes mentais que foram alojados entre os moradores de uma vila foram rapidamente identificados como tolos, deficientes mentais, ou seja, pelo tipo característico já formulado. Os pacientes também assumem esses rótulos “ancorando” seus comportamentos e a maneira de pensar como a categoria ao qual lhes foi colocada. A ancoragem pode ser negativa ou positiva, ela é apenas um modelo inserido em nossa memória.

A objetivação é o que pensamos ser visível, quase físico, é a construção da própria realidade. Ela se dá quando o concebido se torna uma extensão lógica, o conceito se torna um ponto de referência. Há uma incorporação do mundo compartilhado. A memória se dirige para fora a fim de criar um mundo externo com base no que já foi visto e experimentado. Em nossa cultura, o conhecimento passa pelo modelo científico que quantificou e mensurou a realidade criando o universo das máquinas. Assim, somos induzidos a objetificar essa própria realidade personificando sentimentos e representando coisas pelas palavras.

A ancoragem e a objetivação são operações da memória. Na primeira a memória é dirigida para dentro buscando identificações nas pessoas, coisas e eventos pessoais, na segunda a memória se dirige para fora combinando conceitos e imagens que criam o mundo externo.

Desta forma, as Representações Sociais procuram decodificar os símbolos que aparecem no cenário social. Elas se baseiam no princípio de que tudo tem uma causa e um efeito. São buscando as causas na sequência de comportamentos que se evidenciam os significados.

Jodelet (2001, p.34) diz que “partilhar uma ideia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade”. As Representações Sociais são partilhadas por pensamentos de classe, pelo meio ou grupo a que pertencem, pela solidariedade ou por afiliações sociais. Elas são fenômenos complexos que se encontram na ação e na vida social. A riqueza desses fenômenos pode ser da ordem cognitiva, ideológica, normativa, valorativa, de crenças, de opiniões, de imagens, enfim, de diversos elementos que são organizados sempre “(...) sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade” (JODELET, 2001, p. 21). É sobre essa totalidade que a investigação científica vem criando instrumentos conceituais e metodológicos para as Representações Sociais, as quais, segundo a autora, difundem a assimilação dos conhecimentos influenciando a definição de identidades pessoais e sociais. Assim, elas intervêm na expressão dos grupos e nas transformações sociais.

O “representar” corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto. Deste modo não há representação sem um objeto, seja ela coisa, pessoa, ideia ou teoria.

O termo “Representação Social” foi cunhado por Moscovici (1985), mas atualmente podemos encontrar vários outros estudos que utilizam o termo sem necessariamente seguir o conceito proposto pelo seu criador. SÁ (1998), afirma que há outros usos do termo, mas que possuem formação independente da perspectiva moscoviciano e não chegam a apresentar uma dimensão de “escola”. Outros trabalhos podem ser citados, enquadrando-se nas tendências da Psicologia Social: J. C. ABRIC (1994), Mary Jane SPINK (1994), Celso Pereira de SÁ (1996).

Este trabalho utilizará as Representações Sociais, nas visões de Moscovici (1985) e Jodelet (2001), como forma de análise para a representação de um grupo específico da cidade de Curitiba, que desenvolveu a proposta da Economia Solidária. E, desta forma, buscar pelas ideias e pelas histórias de vida dos seus participantes, o reconhecimento dos símbolos que formam suas ações.

A economia solidária

Na produção capitalista os trabalhadores acabam se submetendo às ordens do dono. Singer (2002) comenta que esta relação vem do monopólio sobre os meios de produção dos detentores do capital. Muitos dos desempregados procuram fugir desta relação patrão-empregado e optam por ser independentes; é o trabalho autônomo. Quando percebem que sozinhos e com poucos recursos é muito difícil competir no mercado, desistem ou procuram alternativas. O cooperativismo para eles é uma forma de sobrevivência no mercado, como apontado por Singer (2002). Este autor vê a Economia Solidária como um empreendimento. A diferença entre uma empresa solidária e a empresa capitalista, para ele, está na relação entre o trabalhador e a posse dos meios de produção. Numa cooperativa os associados mantêm o sentido de serem donos, de não estarem subordinados a um empregador.

Karl Marx (1998), ao fazer suas análises sobre a produção, parte da ideia dos economistas. Estes veem a produção como uma apropriação dos produtos da natureza, destinados às necessidades humanas, pelos membros de uma sociedade. Uma vez apropriada

Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/Vol.5, n.2, p.1-136/jul./dez./2012

(moldada a natureza), ela passa a ser distribuída, determinando a proporção individual dos produtos e abrindo um caminho de trocas que possibilita a obtenção de produtos particulares, conduzindo ao consumo. Marx ressalta que:

A produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo as necessidades individuais e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual satisfazendo-a no desfrute (MARX, 1998, p. 30).

Desta maneira, Marx (1977) explica que na lógica da economia a produção é o ponto inicial e o consumo seu final, sendo que a distribuição é uma determinação social e a troca é o momento determinado pelo indivíduo, no qual ambas situam-se no meio desse processo. Esse encadeamento, na visão dos economistas clássicos, é determinado por leis naturais gerais.

Ele afirma ainda que “(...) a produção é também imediatamente consumo” (MARX, 1998, p.31), porque no ato da produção há um consumo das forças vitais, se encontra também um consumo dos meios de produção utilizados, como exemplo, a combustão, a matéria-prima. Assim, o ato da produção é, em todos os momentos, um ato de consumo.

Como são complementares, a produção e o consumo se tornam também contrários, mas segundo Marx, há um movimento mediador entre os dois. “A produção é mediadora do consumo, cujo materiais cria e sem os quais não teria objetivo. Mas o consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito, para o qual são produtos” (MARX, 1998, p. 32). Ele relata vários exemplos para demonstrar esta ligação: Um vestido se torna efetivamente um vestido quando é usado. Uma casa desocupada não está cumprindo seu papel efetivo, ela se torna um produto somente quando está sendo utilizada – consumida. “(...) o produto não é apenas a produção enquanto atividade coisificada, mas [também] enquanto objeto para o sujeito em atividade” (MARX, 1998, p.32). Portanto, é o consumo que move internamente a produção, que gera a necessidade de novas produções. A produção cria o objeto na sua forma exterior, ou seja, cunha uma imagem interior, reproduzindo a necessidade.

Em MARX (1998) as sociedades regidas pela produção capitalista enriquecem acumulando capitais. A mercadoria é um objeto externo ao homem que satisfaz suas necessidades, desde as mais indispensáveis até as mais fúteis. Ela é um produto detentor de

valor, isto é, cada coisa útil assume os aspectos de qualidade e quantidade. É a utilidade que gera o valor-de-uso e, nas sociedades capitalistas, ela serve de veículo material de valor-de-troca.

As mercadorias, na realidade, não são apenas “produtos”, são valores. Nesta análise Marx revela que o valor de uso é inteiramente determinado pelas condições do mercado e o valor de troca não é somente o preço, como parece à primeira vista. Assim, o valor da mercadoria é determinado pela quantidade de tempo de trabalho necessário para produzi-la. Nesta noção de tempo está incluído o tempo dispensado na fabricação, o trabalho necessário para produzir as máquinas, o tempo para extrair e transportar a matéria prima etc. Como parte do chamado “custo de produção” tem-se o salário pago pelo tempo de trabalho do trabalhador. Marx (1999) aponta então para o fato de que a mercadoria não é uma “coisa”, mas trabalho social concentrado. E em todos esses valores se encontra o tempo de trabalho não remunerado, que é a *mais-valia*.

Ao “desconstruir” o que é a mercadoria, Marx (1998) acaba demonstrando a forma real da relação social entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador. A alienação do trabalhador é o fato de que esse não reconhece mais o produto de seu trabalho, pois as formas de produção e os valores não dependem dele, mas daquele que detém os meios de produção. O produto se torna algo distante, dotado de um poder que domina e ameaça. É o “fetiche da mercadoria”. A sociedade capitalista percebe a mercadoria como algo dotado de valor de uso (utilidade) e valor de troca (preço) e não como resultado das relações de produção, o que encobre a verdadeira relação social: o trabalho.

Portanto, verifica-se que da mesma forma que há uma lógica no funcionamento da produção de mercadorias no modelo capitalista, existe também uma lógica do consumo que pode ser vista nas maneiras como os bens são utilizados.

No campo econômico, as práticas solidárias são empreendimentos dos mais diversos e atuam sob as formas de associações, de microempresas ou de cooperativas. Tais práticas têm sido apontadas por alguns autores como sendo uma economia popular fundada na cooperação solidária que, integrada à economia de mercado, segue uma lógica não mercantil. Essa forma de economia não visa grandes lucros, mas o sustento das camadas de baixa renda diante do processo de empobrecimento e utiliza, para isso, formas de produção que não se baseiam nas formas tradicionais (GAIGER, 1999).

As empresas de produção são formadas por pequenos produtores de mercadorias, agricultores ou trabalhadores urbanos que se unem para comprar e vender. Os assalariados entram no grupo para adquirir bens em conjunto e prestar serviços. Há ainda a associação de trabalhadores, que surge com a finalidade de reunir capitais e poupanças para, desta forma, conseguir empréstimos com juros menores e financiar os empreendimentos solidários. A comunidade realiza compras coletivas, permitindo o barateamento dos preços. Os produtos gerados nessas localidades são vendidos em cooperativas populares, como parte da organização do consumo. Essas práticas da Economia Solidária, a longo prazo, dão suporte para a criação de um fundo de excedentes que possibilita o investimento em novos empreendimentos e na remontagem das cadeias produtivas.

O destaque principal dessas iniciativas está no princípio de equidade, participação e autogestão. Todos os ganhos são divididos de forma igualitária e não existe a figura do patrão, pois as decisões são coletivas. As práticas são centradas na solidariedade, sempre visando a distribuição de riqueza dentro de uma mesma comunidade, a criação de postos de trabalho e o aumento da renda das pessoas. (GAIGER, 1999, p.32).

O modelo solidário dessas ações permite ao trabalhador não apenas o sustento monetário. Os seus participantes acabam se envolvendo em redes de relações mais profundas como a amizade, a valorização enquanto pessoa, o respeito e a igualdade. É esse o enfoque que se pretende explorar neste artigo, mostrando como a Economia Solidária é representada pelos seus integrantes, partindo da experiência de Curitiba/PR.

Tratar dos empreendimentos comunitários e solidários é levar em consideração que, do ponto de vista econômico, a maioria desses grupos se enquadra no setor informal. Esse setor é composto por trabalhadores que se valem do trabalho familiar ou de poucos ajudantes. Assim, as formas de organização da produção não se baseiam na força do trabalho assalariado. O setor informal engloba pessoas com baixa escolaridade e pouco capital, que se inserem em atividades não formais para manterem o sustento da família.

Para Mance (2000), não basta apenas gerar empregos e distribuir renda. Ele salienta que é preciso uma compreensão filosófica da existência humana,

(...) segundo a qual o exercício da liberdade privada só é legítimo quando deseja a liberdade pública, quando deseja que cada outro possa viver eticamente a sua singularidade dispondo das mediações que lhe sejam necessárias para realizar – nas melhores condições possíveis a sua humanidade, exercendo a sua própria liberdade. (MANCCE, 2000, p.179).

O bem viver não pode ser vinculado ao poder de consumo porque as alegrias e as tristezas não podem ser encontradas nas propriedades materiais e sim nas relações de colaboração entre as pessoas. O que gera a riqueza é o trabalho, pois é ele que constrói o que precisamos para atender nossas necessidades e desejos. Quanto mais se reparte essa riqueza gerada pelo trabalho, mais se aumenta a capacidade de consumo e conseqüentemente de trabalho.

Para Mance (2001), a semente para a mudança já foi lançada e ela cresce cada vez mais com tais práticas solidárias. São os indivíduos organizados em movimentos sociais, em cooperativas de produção e consumo, em clubes de trocas, que estão, gradativamente, mudando as relações econômicas.

A cooperação e os valores promovidos pela proposta solidária estão presentes não somente na forma como os seus integrantes organizam a produção, mas também na maneira com que se relacionam. O produto é o elo dessas pessoas e, através do consumo, elas se juntam para adquirir os produtos. Essas duas coisas possuem certas particularidades dentro da Economia Solidária.

A produção, na Economia Solidária, segundo o autor, segue os padrões familiares porque utiliza poucos recursos tecnológicos, os valores de trocas estão mais associados ao caráter humano da confecção do produto do que ao tempo de trabalho gasto nesta elaboração. Há também o caráter do solidário no sentido em que há uma preocupação com a garantia de postos de trabalho e de renda no aspecto mais coletivo.

O consumo solidário é a prática sugerida pelos participantes da Economia Solidária cujo modelo não é voltado somente para o bem-viver pessoal, mas traz a preocupação com o bem-viver coletivo. Essa prática de consumo parte do princípio de que a produção encontra o seu fim no consumo e que ambos interferem na vida social e no ecossistema que nos cerca. Desta forma, o modo de consumir influencia a geração e manutenção de postos de trabalho, a preservação do meio ambiente, a distribuição de renda e, enfim, na organização social.

A Economia Solidária não pode ser reduzida a estatística de trocas materiais, ou seja, apenas às relações mercantis. É preciso levar em conta que nessas relações de trocas convivem diferentes tipos de práticas que englobam emoções, estilos de vida, gentilezas etc.

A Economia Solidária está presente nos movimentos sociais de Curitiba. Vários órgãos, associações e cooperativas estão desenvolvendo também uma proposta de trabalho junto aos movimentos sociais formando a Rede de Colaboração Solidária, na tentativa de colocar em prática essa alternativa de produção.

O consumo, na visão de Mance (2001) é o que aproxima as pessoas. Contudo, na proposta solidária tem sido entendido de forma diferente do tradicional. Não há uma preocupação com a acumulação de capitais, mas com a garantia de um bem viver coletivo. O produto não tem o caráter de ser confeccionado em quantidade, mas em qualidade. Qualidade esta que beneficie tanto o consumidor quanto o produtor.

Com o discurso da ética, da ecologia e da solidariedade, a Economia Solidária está preocupada com o consumo e com uma produção que leve em conta as pessoas. Essa produção, dentro dos moldes solidários, precisa estar atrelada às preocupações que não são as convencionais no modelo capitalista. As atenções para a qualidade dos produtos, as responsabilidades com o meio ambiente e a divisão igualitária dos ganhos, fazem o diferencial da proposta produtiva. Essas duas dimensões: produção e consumo, quando aplicadas de modo diferente do que se costuma ver, podem modificar a percepção das relações sociais.

A construção dos sentidos

Em agosto de 1999, um grupo de sessenta pessoas resolveu organizar uma feira para comercializar seus produtos. Essa feira funcionou durante seis meses no Bairro Novo (zona sul de Curitiba-PR), com o apoio da Associação de Moradores. Vendiam artesanato, utilidades domésticas, confecções, armarinhos, conveniências, alimentação, plantas ornamentais, aviário etc. As dificuldades, principalmente em relação às questões climáticas, já que a feira acontecia ao ar livre diminuíram os participantes para um grupo de 12 pessoas. Resolveram alugar um espaço comercial permanente e criaram a primeira loja da Rede Solidária (março de 2000) com o nome de “Redesol”.

A partir daí a Rede começou a ganhar espaço na imprensa e a reunir mais adeptos tanto produtores quanto consumidores, chegando a aglutinar mais de cem grupos de produtores, comerciantes e prestadores de serviços. Sempre com o discurso de proporcionarem, com as ações solidárias, uma melhor qualidade de vida para todos, incentivando a união:

Nós temos uma alternativa viável e concreta para enfrentar o desemprego, melhorar o padrão de consumo de todos e garantir o bem viver de cada um. Cada um de nós é muitos. O que podemos fazer todos juntos ninguém pode fazer sozinho. Essa é também uma das grandes lições que apreendemos uns com os outros na construção de nossa rede (GIRA-SOL, 2000)².

A Rede de Colaboração Solidária integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização. Todos se propõem a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria Rede para garantir trabalho e renda aos seus membros, e para preservar o meio ambiente. No momento da pesquisa o grupo contava com uma loja fixa, seis Padarias Comunitárias, uma Oficina de Costura, três Grupos de Trocas, promovendo feiras mensais, utilizando uma moeda social: o Pinhão. Comercializando artesanato, produtos alimentícios, confecções, roupas e serviços. A pesquisa de campo se deu com os participantes desses vários grupos, procurando um elo em comum entre eles. Como este trabalho é voltado para o estudo das Representações Sociais, formulamos um roteiro de entrevistas para detectarmos as diferentes opiniões sobre Economia Solidária. Constatou-se a hipótese de que existe um elo entre as pessoas, que ultrapassa as questões econômicas, para se solidificar em relações de amizade, criando um novo referencial para se definir o que comprar e o que produzir. Foram entrevistadas 20 pessoas, dos cinco grupos destacados, no modelo não-diretivo, cujo entrevistador lança um questionamento e o entrevistado detém a atitude de exploração da resposta. Por exemplo: “Pode me dizer o que significa para você a Economia Solidária?” O entrevistado a define como quiser, sem se submeter a qualquer estruturação pré-determinada. Thiolant (1982) afirma que a entrevista não-diretiva é facilitadora da percepção de significações carregadas de afetividades, o que proporciona uma coleta de informações mais profundas.

Por isso, as entrevistas foram realizadas até se chegar às repetições das respostas. Após a vigésima entrevista as informações já não acrescentaram maiores detalhes sobre o

² Trecho retirado do jornal veiculado pela Rede: GIRA-SOL, setembro de 2000.

objeto analisado. Também foi realizado um levantamento socioeconômico para conhecer o perfil das pessoas que participam das atividades da Economia Solidária, em Curitiba.

A produção da Rede de Colaboração Solidária de Curitiba, na sua maioria, é de pessoas autônomas. Isso quer dizer que produzem por conta própria. É o caso das Confecções de roupa e Oficina de Costura, das Padarias, e mesmo as pessoas que exercem atividades econômicas fora da rede, desempenham ocupações informais como diaristas, terapeuta e serviços. Isto porque a maioria afirmou que o rendimento financeiro da proposta solidária ainda é insuficiente. A maioria são mulheres, possuem idade entre 40 a 50 anos, buscam uma complementação na renda familiar ao participarem da proposta solidária. Possuem uma renda mensal média de um a cinco salários mínimos, e 75% das pessoas entrevistadas não chegaram a concluir o ensino básico de 12 anos. Assim, como perfil geral, conclui-se que os entrevistados são pessoas de poucas posses, pertencentes à parcela da sociedade economicamente desprivilegiada.

A análise das falas das pessoas envolvidas se deu em três partes: 1) Definição de Economia Solidária, 2) Motivação de participação e 3) Produção e Consumo.

A primeira consideração importante, provinda dessas falas, foi sobre o significado da Economia Solidária para os participantes da Rede de Curitiba. As respostas sobre o que é a Economia Solidária foram muito semelhantes. Os entrevistados deram maior ênfase às relações afetivas entre as pessoas. A proposta é diferente do modelo econômico tradicional, pois não possui os mesmos padrões de produção e consumo; estes são voltados para a valorização da pessoa. Isso faz com que todos tenham o mesmo status dentro da produção. Esse é o alicerce para que outros vínculos se estabeleçam, mesclando os interesses econômicos com a interação social. Essa interação se dá, na visão de Gaiger (1999), pela valorização do trabalho, que assume um valor simbólico, recuperando a autoestima das pessoas. Na visão de Mance (2000), são as pessoas que recebem um valor diferenciado, porque elas são destacadas pelo que produzem, sendo que o que é levado em conta são as pessoas e não os produtos, como no caso da produção capitalista. Isso denota que o sentido da Economia Solidária está atrelado à socialização.

Os entrevistados apontaram diversas vezes o caráter mais humano dessas ações, como a preocupação em não explorar o trabalhador, em valorizar a sua produção, em respeitar as diferenças. A Representação Social da Economia Solidária está baseada nos vínculos de

amizade, confiança e valores éticos, que fazem com que os seus participantes se sintam mais estimados como seres humanos.

A segunda consideração pretendeu expor quais foram os motivos levantados pelos entrevistados que os fizeram permanecer na Rede. O primeiro motivo que levou essas pessoas a procurarem a proposta solidária foi, sem dúvida, a renda. Porém, confirmou-se que os motivos não são econômicos, pois sem conseguirem obter a renda desejada elas não abandonaram o grupo. Segundo Singer (2002), as pessoas que procuram as alternativas de renda são aquelas que não conseguem competir de nenhuma forma nos padrões capitalistas. De fora do mercado de trabalho e dos meios de consumo resta, para elas, se associarem na ajuda mútua. Nessa tentativa de melhorarem a situação financeira, acabam estabelecendo uma nova identidade que leva em conta o coletivo. Na Rede em questão, as pessoas se juntam por interesses materiais, e o fato de manterem uma convivência extrapola esses interesses, substituindo-os pelo desejo de estarem juntas. As pessoas se sentem inseridas no grupo por participarem da proposta solidária e continuam atuando nela pelo princípio da valorização das pessoas.

A terceira consideração desta pesquisa levanta a questão da diferença encontrada no sentido da produção e do consumo em relação ao molde comercial tradicional. Estes elementos são o lado prático das representações que se formam sobre a Economia Solidária.

As feiras, os momentos do Clube de Trocas ou a comercialização dos outros grupos da Rede em questão distribuem as mercadorias produzidas enfatizando o lado solidário do processo, onde o produto está representando não a coisa em si, mas a maneira como ela é produzida. Sendo o trabalho encarado como o ato que valoriza a pessoa enquanto membro do grupo, o produto é a consequência dessas relações solidárias.

O novo sentido que é repassado para os integrantes da proposta promove ações voltadas para a valorização da pessoa e não da mercadoria. Na produção solidária o que é trocado não são apenas as mercadorias, mas o trabalho das pessoas que foi inserido na sua fabricação. Assim, o consumo também se reveste de outro entendimento, como afirma Mance (2001); ele é uma das etapas da produção, ou seja, da geração do trabalho.

Dando preferência ao produto da Rede, garante-se parte do sustento das pessoas e da existência da proposta. Essas relações econômicas, baseadas na solidariedade, podem criar um novo referencial para o sentido de comprar e produzir. Esta preocupação foi encontrada no discurso dos participantes entrevistados, que demonstraram um sentido diferente para a Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/Vol.5, n.2, p.1-136/jul./dez./2012

produção e para o consumo. Preocupadas com a produção, as pessoas produzem e consomem pensando em ajudar o outro:

Se você não pode ser produtor na Economia Solidária, pode ser consumidor, o fato é estar consumindo das pessoas de baixa renda. Se eu vou comprar mesmo, então procuro comprar dessas pessoas que estão lutando para ganhar o pão, a comunidade tem que colaborar. (Integrante da Loja Redesol).

Percebe-se que está se desenvolvendo nos participantes da Rede uma preocupação que antes não estava na pauta dos seus comportamentos. O ato de consumir não segue mais os impulsos do mercado, as pessoas estão questionando a procedência das mercadorias.

A pesquisa revelou que a Economia Solidária em Curitiba é uma teia variada de iniciativas econômicas de cunho associativo, que atuam oras sozinhas, ora em conjunto. É mais sensato falar que elas são um processo de criação de experiências solidárias que estão procurando uma integração, do que analisá-las como um conjunto estruturado de práticas econômicas. Isso porque ainda não conseguiram se estruturar efetivamente em rede. O que se pode observar é que as participações desses grupos não estão totalmente integradas, ainda passando por uma fase de organização.

Ao se falar de Economia Solidária é preciso considerar que, em Curitiba ou em qualquer outra região do Brasil, as tentativas são múltiplas e diversas, com origens e iniciativas próprias de cada lugar. Elas nascem não tendo o compromisso prévio com a construção de uma nova totalidade social (GAIGER, 2000).

As práticas ligadas aos empreendimentos solidários não estão plenamente desenvolvidas, mas tem conseguido retirar, de certa forma, o sentido da condição da mercadoria e da atividade alienada, ligada à apropriação capitalista. Uma das hipóteses levantadas pelos autores citados, que estudam a Economia Solidária, é o fato de que essas ações podem estar proporcionando alguma mudança na percepção do que venha a ser o trabalho (produção), o produto (mercadoria) e o consumo (troca), substituindo, ou amenizando, o sentido da concorrência para o sentido da cooperação. Não é mais a “coisa”,

no sentido de Marx³, mas as relações solidárias de produção e de consumo que têm levado essas pessoas à socialização.

Para ser um participante dessas ideias solidárias, não é só preciso entender a sua proposta, mas interiorizar um significado que vem alterando os comportamentos frente ao mundo do consumo. É o que Moscovici (1985) chama de ancoragem e objetivação, processos mentais que interiorizam os sentidos para depois recriar os significados que são comunicados.

Segundo Jodelet (2001), o movimento de “re-apresentar” alguma coisa já demonstra uma tentativa de “re-construção” da realidade, trazendo a possibilidade da novidade. O sujeito luta para dar sentido, interpretar, construir o mundo em que se encontra, tentando dar existência ao que poderia existir. Assim, o grupo envolvido com as ideias e práticas da proposta da Economia Solidária em Curitiba, está gerando novas formas de comportamento e condutas frente aos modelos de produção e troca de seus produtos. Ao agirem, ou procurarem agir, de modos diferentes do tradicional, essas pessoas criam novas representações que modificam as expressões desses grupos e ocasionam transformações sociais significativas.

O processo de organização desse movimento é lento. Prova disso é a experiência de Curitiba, mas temos outros casos brasileiros em estágios mais avançados, como no estado do Rio Grande do Sul ou em Pernambuco, onde muitas pessoas têm se beneficiado da proposta solidária e driblado as condições da pobreza. Os autores citados neste trabalho falam dessa lentidão. Primeiro porque, segundo GAIGER (2000), essas tentativas não nascem com o compromisso de mudança estrutural. Segundo porque, como afirma SINGER (2002), as pessoas estão acostumadas ao padrão do capitalismo, precisando acostumar-se ao modelo de cooperação. Isto dificulta a inserção das pessoas, pois elas precisam se convencer de que pode dar certo e, por último, é preciso uma mudança nos hábitos de consumo, como afirma MANCE (2000).

O que foi percebido, no grupo estudado, é que as bases para aceitar este “novo” estão sendo ancoradas em cada participante, pois eles já carregam o sentido solidário da proposta. Portanto, estão dando significados à Economia Solidária. Se os participantes da proposta estão compartilhando práticas e solidificando suas relações, eles estão “representando”.

³A “coisa” é percebida nos escritos de Karl Marx, como os bens de consumo ou objetos, frutos do desejo consumista, “(...) as coisas valem mais que as pessoas e para ser reconhecido nesta sociedade é preciso ter uma fatia dessa riqueza”.(MARX, O Capital).

O que faz com que as pessoas participem da proposta solidária vai além da questão econômica.

Para Razeto (1997) as relações de intercâmbio não são somente valoradas monetariamente. Existem outras relações que não são econômicas e que permitem maior integração social. Dessas relações ele destaca a reciprocidade, que é a transferência entre sujeitos ligados por laços extra-econômicos, como amizade e confiança. Os sujeitos constituídos em grupos compartilham e distribuem os bens em função das necessidades coletivas. Para ele, a Economia Solidária possui uma racionalidade que vai além da econômica. Os participantes da proposta em Curitiba enfatizaram que o que vem em primeiro lugar é a alternativa de renda, mas todos, à sua maneira, destacaram a importância do relacionamento com as pessoas, da amizade, da confiança, da ajuda mútua, ou seja, de valores que estão além dos ganhos financeiros.

Para GAIGER (1999), a Economia Solidária transita entre o econômico e as ações comunitárias de entre ajuda. O trabalho possui ainda um valor simbólico, ele é encarado como gratificação e por ele se recupera a autoestima. Ao quebrar a lógica capitalista – trabalho assalariado, antagonismo entre o capital e o trabalho – a Economia Solidária pode superar a alienação da produção porque o trabalho é o vínculo de satisfação e crescimento coletivo.

Neste mesmo segmento de análise, Mance (2000) diz que como os ganhos são redistribuídos igualmente, é o trabalho que acaba assumindo um grau de valor maior porque é ele que contribui para o bem viver de todos. As pessoas são valorizadas pelo seu trabalho.

Para Gaiger (1999), a grande diferença entre a Economia Solidária e o processo de produção tradicional é o fim da força de trabalho como mercadoria. O que leva as pessoas a participarem da rede é a satisfação de que podem melhorar a vida do grupo e serem valorizadas enquanto pessoa. Desta forma, nota-se que as relações solidárias criam nos seus participantes uma motivação que não está atrelada ao discurso do ganho econômico.

Percebe-se na fala das pessoas estudadas que o trabalho é uma necessidade financeira, mas possui uma conotação de gratificação pessoal. A proposta solidária intensifica a valorização do indivíduo, onde ele não é produto do trabalho, mas pessoa.

O mercado de trabalho brasileiro, segundo DUPAS (2000), tem apresentado vários sinais de desestruturação. As inovações tecnológicas, a falta de qualificação da mão-de-obra, as tentativas de redução dos custos trabalhistas e o aumento do trabalho informal têm deixado

de fora do mundo do trabalho formal inúmeras pessoas. No aspecto mundial, ele crê que pode estar se formando um novo paradigma para o emprego, pois são criadas novas formas de organização do trabalho com normas mais flexíveis e menos hierarquizadas. Esse processo tem dificultado a obtenção de postos de trabalho no modelo até então usual e vem abrindo caminho para as iniciativas informais.

As várias experiências frustrantes, como autônomos, por exemplo, levam essas pessoas a desejar o trabalho com carteira assinada, nas condições legais, mas as dificuldades de inserção nesse setor as fazem continuar no trabalho informal. Dupas (2000) enfatiza que, apesar desse trabalho ser a maior possibilidade de renda delas, ainda permanece no imaginário social que o trabalho formal é mais vantajoso pelas garantias trabalhistas. Assim a ideia incorporada é a de que a informalidade não é um “emprego”.

Singer (2002) destaca que todas essas alternativas de emprego e renda possuem um fator em comum – a solidariedade. As pessoas que se envolvem com tais propostas não possuem condições de competição como nos padrões capitalistas. Para os que ficam de fora do jogo das relações capitalistas, que é a competição, resta a ajuda mútua. Essas pessoas se organizam em grupos de ajuda para driblar a falta do considerado padrão de vida mínimo: escola, saúde, segurança, emprego etc.

Como destacado em Simmel (1983), a sociabilidade é um fenômeno de trocas. Os indivíduos sentem essas relações como a sua forma de existência, como uma intencionalidade que dá sentido ao vivido. Assim, a motivação que influencia os envolvidos a continuar na proposta, além das esperanças financeiras, é a sua valorização como pessoa. A interação entre os indivíduos surge dos impulsos e propósitos para ganhos, interesses, razões religiosas, levando-os a formar uma unidade de relações. Então Simmel (1983) demonstra que a sociabilidade é estar um com o outro. Na proposta em questão, as pessoas se juntam por interesses materiais e o fato de manterem uma convivência extrapola esses interesses, reforçando o desejo de estarem juntos.

Essas pessoas não são encaradas como mais um trabalhador, mas como a pessoa que trabalha. Com isso, voltamos ao sentido de Economia Solidária. As Representações Sociais produzidas pelos envolvidos na proposta valorizam muito mais o companheirismo que se forma do que as questões financeiras.

Gaiger (1999) diz que mesmo sendo apenas um embrião de mudanças, a Economia Solidária tem sua relevância. Em certos momentos são lutas de ideais, em outros se destacam

por divergirem do modelo de consumo vigente e, sobretudo, é o esforço de mostrar que existe outro modo de relacionamento econômico, seja ele pela produção, pelo consumo ou pela valorização humana.

Considerações finais

A Economia Solidária é tradicionalmente vista como mais uma das formas alternativas de superar o desemprego, a falta de renda, os problemas econômicos, a exclusão. Ao aprofundar os estudos e buscar entender como os participantes de tais alternativas se identificam e se explicam, é possível encontrar questões que estão além do plano econômico.

As informações colhidas com os participantes das propostas solidárias na cidade de Curitiba/PR possibilitou a constatação de que existe um elo entre as pessoas, que ultrapassa as questões econômicas, para se solidificar em relações de amizade, criando um novo referencial para se definir o que comprar e o que produzir. As Representações Sociais criam práticas que são compartilhadas pelos grupos, afirmando um vínculo social (JODELET, 2001). A Economia Solidária, por praticar uma forma de produção baseada na colaboração, pode estabelecer também relações de sociabilidade.

Para se ter uma Representação Social é preciso que o sujeito se reporte a um objeto dando-lhe significados (JODELET, 2001). Deste modo, este artigo utilizou a Economia Solidária como o objeto de análise e os seus integrantes como os sujeitos que estão produzindo as Representações Sociais. Ao participarem da proposta solidária os seus integrantes estão construindo um sentimento de pertencimento que os envolvem e, talvez mesmo, os levem a gerar grupos com aspectos diferentes dos demais.

As pessoas, ao aderirem a um empreendimento solidário estão buscando melhorias econômicas, mas permanecem participando dele, porque recriam outro significado para a produção e o consumo. Esta nova forma de agir é construída pelas representações que o grupo adapta e recria sobre si e sobre o mundo que o cerca.

Para Gaiger (2000), esse modelo rompe com a alienação, uma das lógicas do capitalismo, e estabelece um novo sentido para o trabalho e para as relações sociais. Na Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar/Matinhos/Vol.5, n.2, p.1-136/jul./dez./2012

Economia Solidária, o processo de produção de mercadorias está vinculado a um modelo de cooperação. Esse modelo pode superar a racionalidade da acumulação, para implantar uma racionalidade que “envolve valores, voltados para a qualidade de vida e à evolução do ser humano” (GAIGER, 2000, p. 281).

O trabalho cooperativo acaba ganhando uma motivação que favorece os laços de confiança, gerados pela gratificação moral e social do ambiente de trabalho (GAIGER, 2000). É possível considerar, então, que o trabalho cooperativo é um fator motivador para os participantes da Economia Solidária, pois ele é fonte de aprendizado, de criatividade e de trocas de informações que exercem um efeito positivo no aprimoramento da qualificação e dos processos produtivos desses trabalhadores. Essa motivação cresce ainda mais quando as pessoas, inseridas na proposta solidária, começam a assumir posturas mais éticas diante da sua própria produção, prezando por um produto que tenha qualidade e que não agrida o meio ambiente. E, ainda, diante do consumo, tornando-se mais conscientes ao buscarem maneiras de trocas mais justas. Na visão de Moscovici (1985), este processo cria um universo consensual, agrupando os envolvidos em valores que se tornaram comuns.

Na Economia Solidária, as mercadorias são produzidas e consumidas para proporcionar o bem viver da coletividade. A relação que se estabelece é a de entre ajuda. Quando seus participantes passam a exercer essas práticas, de certa forma, estão abdicando do caráter individualista para se envolverem num processo de trocas que valoriza o coletivo.

Percebe-se que está se desenvolvendo, nos participantes, uma preocupação que antes não estava na pauta dos seus comportamentos. O ato de consumir não segue mais os impulsos do mercado, as pessoas estão questionando a procedência das mercadorias. Com isso, há certa ancoragem, como explica Moscovici (1985), do sentido do consumo solidário. Este é um processo de construção da Representação Social no qual, segundo Jodelet (2001), os comportamentos podem difundir e assimilar determinados conhecimentos, influenciando as expressões do grupo. Esse processo é lento e os próprios participantes comentaram a dificuldade de aplicar esse modo de consumo, pois a maioria dos produtos que necessitam está nas grandes corporações. A intenção é ajudar as pessoas que participam da rede, tornando o ato da produção e do consumo mais ético. Esta postura, segundo Mance (2000), pode estar retirando do consumo o seu lado meramente econômico, privilegiando o seu aspecto humanizante. Assim, quando as mesmas pessoas expandem esse comportamento mais solidário para os outros locais de troca, estão modificando a percepção dos participantes da

proposta, transformando as relações de trocas da própria rede e de fora dela. Essa nova percepção em relação às mercadorias e ao consumo levam-nas a representar socialmente as novas práticas e posturas.

Referências

ARENDDT, H. **A condição humana**. 10^a.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GAIGER, L. I. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. Caxambu: XXIII ANPOCS, 1999.

_____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SOUZA, A R. de e SINGER, P. (org.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

JODELET, D. (Org.), **As Representações Sociais**, Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

MARX, K. e ENGELS, F. **Sobre o papel do Trabalho na transformação do macaco em homem**. In: Textos. Paulo: Edições Sociais, 1977.

_____. **A ideologia alemã**. (11^a ed.), São Paulo: HUCITEC, 1999.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOSCOVICI, S. **Sobre as Representações Sociais**. Núcleo de Psicologia Social do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, 1985. Mimeo.

RAZETO, L. **O papel central do trabalho e a economia de solidariedade**, Revista Proposta, n.75, 1997, p.91-99.

_____. **Los caminos de la economia de solidariedad**. Chile: Vivarium, 1993.

SÁ, C. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SIMMEL, G. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, E. (Org.) **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego** – Diagnósticos e Alternativas, São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Economia solidária versus economia capitalista. In: REVISTA **Sociedade e Estado**, Brasília: Ed. UnB, 2002. jan-dez.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org). **Produzir para viver** – os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THIOLANT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, São Paulo: Polis, 1982.